AUDIÊNCIA PÚBLICA N. 01/2022-MP/PJDC

DADOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Local: Auditório Nathanael Farias Leitão

Rua João Diogo, n. 100, bairro Cidade Velha – edifício-sede do MPPA

Data: 14 / 09 / 2022

Horário: Início às 09:25 h / Término às 14:05 h.

PARTICIPANTES CONVIDADOS

Nome	Cargo
1. FIRMINO ARAÚJO DE MATOS	Promotor de Justiça / PJ de Defesa do Cidadão e da Comunidade de Belém – MPPA / Proponente e Presidente da Audiência Pública
2. ANA CLÁUDIA BASTOS DE PINHO	Promotora de Justiça / Coordenadora do CAO/DH – MPPA
3. ALFREDO CARDOSO COSTA	Presidente / Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA
4. JULIANA LAVAREDA SALES	Diretora do Núcleo de Assistência em Promoção à Saúde / Secretaria Municipal de Saúde – SESMA
5. ELUANE COSTA CARVALHO	Representante da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB
6. JANE SOUZA	Representante do Banco do Povo de Belém
7. FELÍCIA MARQUES FIÚZA NUNES	Defensora Pública / Representante do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos – NDDH – DPE/PA
8. RAIMUNDO SANTOS	Diácono / Presidente da Cáritas Belém
9. TATIANA DA CONCEIÇÃO MORAES	Usuária dos serviços da FUNPAPA

OBSERVAÇÃO: O registro do pronunciamento de abertura da audiência pública, proferido pelo Promotor de Justiça Firmino Matos, bem como das manifestações iniciais do Presidente da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) e da Promotora de Justiça Ana Cláudia Pinho, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAO/DH), foi obtido mediante solicitação de remessa, pelos mesmos, de síntese de suas falas, haja vista que, por problemas técnicos de responsabilidade da empresa contratada para a gravação em áudio e vídeo do referido ato procedimental, não foi captado o áudio dos 31 (trinta e um) minutos e 24 (vinte e quatro) segundos iniciais.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA N. 01/2022-MP/PJDCC

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e vinte e cinco minutos, no auditório Nathanael Farias Leitão, localizado no edifício-sede do Ministério Público do Estado do Pará, sob a presidência do Promotor de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade de Belém (PJ/DCC), **FIRMINO ARAÚJO DE MATOS**, foram iniciados os trabalhos da Audiência Pública n. 01/2022-MP/PJDCC.

Após o chamamento à mesa dos convidados, o Promotor de Justiça **FIRMINO MATOS** deu início à audiência pública, agradecendo, inicialmente, a todas as pessoas presentes, explicando, em seguida, as razões que motivaram a realização do ato, que visa a instruir o **Procedimento Administrativo n. 000002-114/2020**, instaurado pela Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade de Belém (PJ/DCC) para acompanhar a política pública municipal de atendimento da população que utiliza a rua como espaço de moradia, com vistas a contribuir para seu aprimoramento.

Reiterou, portanto, que na audiência pública seriam colhidas manifestações e informações de representantes do Poder Público, de entidades da sociedade civil e da comunidade em geral, a fim de realizar diagnóstico mais preciso acerca da problemática da população em situação de rua, no município de Belém, possibilitando, assim, atuação mais qualificada do Ministério Público no enfrentamento do problema, especialmente visando à sua solução estrutural.

Afirmou também que não estamos diante de problemática de fácil solução, daí porque o Ministério Público, embora já possua elementos que poderiam ser caracterizados como um pré-diagnóstico, almeja colher elementos mais sólidos para, juntamente com o Poder Público e os demais interessados na matéria (inclusive, e especialmente, aqueles que se encontram em situação de rua), buscar os caminhos que possibilitem a superação gradual do problema.

Reforçou, portanto, que o problema é estrutural e exige solução estrutural, a ser construída de maneira racional, ponderada, pelos diversos atores envolvidos, de modo que soluções irrealistas (como são aquelas em que se busca a intervenção do Poder Judiciário para que determine a implementação imediata de políticas públicas) não estão no horizonte de atuação da Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade, e somente serão manejadas se (e quando) todos os esforços de obtenção de solução estrutural do problema forem malsucedidos.

Registrou ainda que a audiência pública não se prestaria a apontar o dedo a esta ou aquela gestão municipal, haja vista que o atual estágio do problema é fruto de muitos anos de omissão de gestões municipais de diferentes matizes político-ideológicos, bem como de diferentes governos de âmbito estadual e federal.

Sustentou, por fim, que o problema é resultado da omissão de todos nós, sejam os agentes públicos que, de alguma maneira, desempenham algum papel relacionado à temática, seja a própria sociedade.

Dando continuidade às etapas da audiência pública, o presidente passou a palavra aos convidados da mesa, para suas considerações.

O Presidente da **FUNPAPA, ALFREDO CARDOSO COSTA**, elogiou a iniciativa do MP em convidar várias entidades governamentais e da sociedade civil para discutir um assunto de extrema importância para todos nós. Explicou que a FUNPAPA coordena, planeja e executa a política de assistência social no município de Belém e, a população em situação de rua, por orientação do atual prefeito, é uma das prioridades, que deve ser tratada com respeito e com dignidade.

Que o Município de Belém possui dois Centros POP, um em São Brás e outro em Icoaraci, e que estão discutindo a possibilidade da criação de um terceiro Centro POP na área do Ver-o-Peso, e possuem, também, dois espaços de acolhimento, um localizado no bairro de São Brás e o outro na Avenida Alcindo Cacela, onde esses irmãos são acolhidos com dignidade.

Que muitas pessoas em situação de rua estão cadastradas nos programas sociais, como o Bora Belém e o Auxílio Brasil.

Que conseguimos realizar a alfabetização de muitos moradores através do programa Belém Alfabetizada, coordenado pela SEMEC.

Por fim, que a atual gestão está avançando na garantia dos direitos da população em situação de rua, porém enfrentamos graves problemas com os cortes de recursos do governo federal.

A Coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (**CAO/DH**) do MPPA, Promotora de Justiça **ANA CLÁUDIA BASTOS DE PINHO**, salientou a importância da audiência pública, destacando o pioneirismo do evento no âmbito do MPPA, dada a necessidade de ouvir o grupo interessado (população em situação de rua), além da sociedade civil que atua diretamente com essa agenda e os órgãos do Poder Público responsável pela política.

Manifestou a total convergência entre essa ação da Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão e da Comunidade e as pautas de responsabilidade do Centro de Apoio, destacando, ainda, que a questão da população em situação de rua é um dos principais desafios para o MPPA e, exatamente por isso, a atuação conjunta, sempre no intuito de solucionar os problemas pela via conciliatória, evitando a judicialização, é o melhor caminho.

Por fim, a Coordenadora do CAO/DH colocou o Centro de Apoio à total disposição do Presidente da audiência, PJ Firmino Matos, para o que se fizer necessário.

ELUANE COSTA CARVALHO, chefe do setor jurídico, representando a Secretaria Municipal de Habitação (**SEHAB**), disse:

QUE em 2020 foi publicada nova portaria referente ao Programa Minha Casa Minha Vida, com a destinação de uma porcentagem mínima das habitações para pessoas em situação de rua (aproximadamente, 3%), identificação que já vem sendo feita no cadastro do “Viver Belém”.

QUE essas regras ainda não foram aplicadas nos projetos recentes entregues pela Prefeitura de Belém.

QUE há um termo de parceria com a Defensoria Pública do Estado para regularização documental dessas pessoas e poder desenvolver os trâmites contratuais.

JANE SOUZA, representante do **Banco do Povo**, disse:

QUE a função do Banco do Povo é financiar, e que o seu capital, utilizado para empréstimos, é composto por recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios e do ICMS, devendo ser captado de volta pelo Banco, o que não seria possível por parte de pessoas em situação de rua, que já estão em situação de grande vulnerabilidade, ainda que mediante o uso de programas municipais de capacitação e de juros zero.

QUE o Restaurante Popular, política de assistência e de segurança alimentar, está sob a responsabilidade do Banco do Povo, e se utiliza dos recursos do mesmo Fundo para funcionar, por iniciativa do governo municipal, e, mediante mudanças na esfera federal, estadual e municipal, é um serviço terceirizado, gestado contratualmente e nutricionalmente por um fiscal, mas ainda cobrado, em razão da obrigatoriedade de retorno financeiro vinculado à origem dos recursos.

QUE a possibilidade de desenvolvimento de atividades de capacitação, voltadas a pessoas que se encontram em situação de rua, é real.

QUE pensam em realizar nova pesquisa para identificar as características dos usuários que utilizam os serviços do Restaurante Popular.

O Promotor de Justiça **FIRMINO MATOS** observou que a ele não cabe discutir se é ou não correta a atribuição da gestão do Restaurante Popular, pelo Banco do Povo, sendo isso, certamente, responsabilidade do município.

Registrou, todavia, que a alimentação é uma das principais responsabilidades do Estado brasileiro, em relação às pessoas em situação de rua, por sua essencialidade para a manutenção da própria vida, pontuando ainda que, em pleno ano de 2022, a política de segurança alimentar e nutricional do município de Belém ainda é muito tímida, considerando o tamanho de sua população, com apenas 01 (um) restaurante popular, que funciona apenas para o almoço.

Em resposta, **JANE SOUZA** informou que já consta no Plano Plurianual do atual governo um segundo restaurante popular, com ampliação de mais 1.200 (mil e duzentas) refeições por dia, mas há problemas com relação ao imóvel onde será instalado, e, também, estão sendo envidados esforços para reforma e ampliação do atual restaurante.

JULIANA LAVAREDA SALES, representante da Secretaria Municipal de Saúde (**SESMA**), disse:

QUE apesar da mudança de governo, foram mantidas as 3 (três) equipes do Consultório de Rua.

QUE em outubro de 2021 foi aberta a Casa Rua, projeto inovador no Brasil, que é um centro de especialidades voltado exclusivamente à população em situação de rua, oferecendo atendimento psicossocial, alimentação e outros serviços.

QUE, felizmente, tem havido bastante adesão dos usuários, aos serviços oferecidos na Casa Rua, tendo sido possível observar, até mesmo, casos de pessoas que conseguiram resgatar seus vínculos familiares.

A Defensora Pública **FELÍCIA MARQUES FIÚZA NUNES**, representando o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado (**NDDH - DPE/PA**), disse:

QUE sua instituição atua com a temática da população em situação de rua desde o ano de 2010, buscando, fundamentalmente, viabilizar a emissão de documentos pessoais, para acesso à educação e a emprego.

QUE foi realizado um censo, na década passada, que levantou o perfil das pessoas em situação de rua em Belém, e, atualmente, percebe a mudança desse perfil e o aumento dessa população, refletindo no trabalho de todos.

QUE reconhece a atuação de entidades religiosas em benefício da população em situação de rua, ressaltando, contudo, que a principal atuação deve ser do Poder Público.

QUE reconhece o esforço do poder público municipal, ao longo dos últimos anos, na implementação de equipamentos e mecanismos para reduzir ou solucionar a questão, como os centros POP e os CAMAR, os quais, todavia, ainda são insuficientes.

QUE é visível o agravamento do problema, o qual, do jeito que está, não pode ficar.

O Diácono **RAIMUNDO SANTOS**, presidente da **Cáritas Belém**, organismo da Arquidiocese de Belém, disse:

QUE a segurança alimentar é uma das 12 áreas de atuação da Cáritas Belém, pelo que estão no 13º ano da Campanha “Belém, a casa do pão”, realizada anualmente, e as famílias cadastradas recebem cestas básicas, trabalho que vem requerendo atenção maior em razão da pandemia, que gerou queda nas doações.

QUE outra área de atuação é a “Economia Popular Solidária”, de capacitação das famílias para que possam gerar renda, mas esbarram na necessidade de angariar recursos, contando com o apoio de outras organizações, inclusive internacionais.

QUE ressaltou as dificuldades de obtenção de apoio no âmbito local.

QUE o projeto “Orinoco” funciona próximo do Restaurante Popular, onde acolhem imigrantes e refugiados.

QUE a “Fraternidade do Caminho”, localizada na Igreja do Rosário da Campina, oferece à população em situação de rua café da manhã e, excepcionalmente, almoço e jantar, além de fazer o encaminhamento para acolhimento em uma chácara situada no município de Santa Bárbara.

QUE a “Missão Belém” também realiza importante trabalho, acolhendo pessoas em situação de rua em espaço situado no município de Benevides.

QUE a “Plataforma Novos Rumos” acolhe famílias e oferece capacitação, mas que enfrenta muitas dificuldades para desenvolver seu trabalho.

Por fim, a usuária dos serviços da FUNPAPA, **TATIANA DA CONCEIÇÃO MORAES**, disse:

QUE há necessidade de mais espaços para acolhimento de pessoas em situação de rua, já que aqueles hoje existentes não comportam todos os que necessitam e almejam acolhimento, havendo ainda problemas quanto à alimentação oferecida, que é pouca.

QUE as pessoas em situação de rua tinham muita dificuldade de receber atendimento nas unidades de saúde e que a situação melhorou bastante com as ações desenvolvidas pelo Consultório de Rua e pela Casa Rua.

QUE ressaltou, por fim, que há boa vontade dos funcionários dos Centros POP e da Casa Rua, para atendimento de todos, mas existe problema com fornecimento de alimentos e materiais, contando, algumas vezes, apenas com a coleta dos próprios funcionários para aquisição de material de higiene, por exemplo.

Em seguida, cumprindo o art. 6º do edital da audiência pública, o Assessor da PJ/DCC deu início ao chamamento dos inscritos para manifestação oral.

RAYME DE SOUSA DA SILVA, Vice-Presidente do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social, disse:

QUE, acerca da problemática da população em situação de rua, é necessário compreender três passos:

1) saber identificar o público, entendendo que há três públicos atendidos pelas políticas públicas: a pessoa que é de rua [*que identifica como aquela pessoa que, por sua história de vida, jamais vai querer sair da rua*]; a pessoa que está na rua [*por variadas circunstâncias*], e a pessoa que fica na rua [*por ele identificada como a pessoa que depende da rua para sobreviver*];

2) entender o aspecto social e cultural, sabendo que socialmente a população é assistencialista, voluntariada e filantrópica, e que o simples repasse de renda, a exemplo do auxílio emergencial, sem fiscalização, sem controle e sem estratégia, está ocasionando o número de pessoas em situação de rua que usam drogas;

3) pensar no ambiente de trabalho, haja vista que, em Belém, há apenas 5 (cinco) educadores que trabalham com atividades pedagógicas e abordagem feita por 4 (quatro) educadores do Centro POP de São Brás (em um território que vai do Entroncamento ao Ver-o-Peso), sem técnico de referência, e conhecer essa realidade é necessário para, então, pensar em políticas públicas.

QUE a origem do problema está, principalmente na pobreza, falta de moradia, na marginalização e no uso abusivo de drogas, e as políticas públicas devem olhar para essas causas.

QUE é necessário pensar em uma cidade inclusiva, para todos, com banheiros públicos, onde a pessoa em situação de rua possa ter acesso, também, além das necessidades básicas, ao banho e à lavagem de roupa.

QUE a saúde mental também é um problema grande, e que a abordagem atendeu mais de 96 (noventa e seis) usuários com transtorno mental, e não há política pública voltada a pessoas com transtorno mental, quiçá em situação de rua.

QUE elege como prioridades fortalecer o CRAS (que está se resumindo a cadastro, ao invés de cuidar da atenção básica da família e fazer assistência e prevenção), proteger a estratégia saúde da família e o equipamento Consultório de Rua.

QUE o abrigo não tem pessoas nem estrutura mínima para atender aos seus usuários.

QUE o CAMAR I, que deveria atender até 50 pessoas, somente consegue atender 20 pessoas.

QUE a cozinha do CAMAR I é insalubre e se fosse visitada pela Vigilância Sanitária correria o risco de ser interditada.

CAROLINE FERREIRA DE CAMPOS RIBEIRO, Coordenadora do Centro POP São Brás, disse:

QUE temos vivenciado um sucateamento do serviço público, como um todo, mas os desdobramentos são mais violentos na população mais vulnerável, que é a população em situação de rua, tratada, inclusive, por alguns autores, como hipervulnerável.

QUE tem sido atendido um crescente número de pessoas em situação de rua com transtorno mental, seja pela equipe de abordagem do Centro POP São Brás, seja pelos serviços vinculados à SESMA (Consultório de Rua e Casa Rua).

QUE a equipe é reduzida para cuidar dos 26 (vinte e seis) bairros que o Centro POP São Brás tem que dar conta.

QUE no Centro POP São Brás o Serviço Especializado em Abordagem à Pessoa em Situação de Rua acabou sendo absorvido pelo Serviço Especializado à Pessoa em Situação de Rua, tão grande é a demanda de atendimentos no Centro POP, e tão deficiente é a quantidade de servidores disponíveis para executá-los.

QUE, felizmente, a Casa Rua tem conseguido amenizar a situação, pois faz atendimento na ausência do equipamento físico Centro POP, relativamente ao serviço especializado em abordagem social, dado ao grande número de pessoas atendidas pelo Centro POP São Brás, que já efetuou o atendimento de mais de 1.200 (mil e duzentas) pessoas diferentes, sem contar atendimentos do Centro POP de Icoaraci e da Grande Belém (advindas de Ananindeua e Marituba).

QUE a área do Ver-o-Peso é atendida pela equipe de abordagem, pois dificilmente os usuários que ficam nessa localidade chegam ao Centro POP São Brás, seja por localização geográfica, seja por rixa territorial, abordagem também afetada pelo reduzido número de integrantes da equipe.

QUE não há equipe de abordagem que atenda no período noturno, e ambos os Centros POP de Belém (São Brás e Icoaraci) atendem apenas no turno vespertino, mesmo sabendo que muitas pessoas em situação de rua trabalham durante o dia, o que possibilitaria o seu mapeamento apenas à noite, com o que são gerados dados equivocados no mapeamento do município, por só ter dados diurnos.

QUE a partir de sua atuação na problemática estima existirem, atualmente, entre 1.500 (mil e quinhentas) e 2.000 (duas mil) pessoas em situação de rua, em Belém.

QUE hoje o Centro POP já mapeou famílias inteiras em situação de rua, com a presença de crianças, enquanto os espaços de acolhimento e demais equipamentos mantêm a mesma estrutura ou estão até mesmo mais deficitários do que antes da pandemia, com baixa de servidores por óbito ou aposentadoria, por exemplo.

QUE o Restaurante Popular teria como missão atender as populações mais vulneráveis, mas, pela sua localização, em área de comércio, acaba atendendo a população que não seria o alvo principal.

QUE a população em situação de rua lida constantemente com a marginalização, enfrentando dificuldades para ter acesso a lugares públicos, motivo pelo qual no Centro POP São Brás é desenvolvida atividade pedagógica chamada “Passeio Público”, que possibilita que essas pessoas acessem locais que não costumam frequentar, como o Teatro da Paz e o CENTUR

QUE apesar desse trabalho, sabe que é uma população que sofre violação institucional, social e de todos os gêneros.

CÁSSIA ROMANA GOMES DA SILVEIRA, integrante da Proteção Social Especial de Média Complexidade da FUNPAPA, afirmou:

QUE é preciso saber que as pessoas em situação de rua são cidadãos como quaisquer outros, que, por outro lado, infelizmente, são invisibilizados, não são ouvidos, e é por isso que a grande discussão do Movimento Nacional da População em Situação de Rua é dizer “não fale de nós sem nós”, sendo importante que essa população seja representada pelos indivíduos nessa situação.

QUE apesar de a política nacional para a população em situação de rua ter sido instituída em 2009, só em 2013 passa a funcionar, em Belém, o primeiro Centro POP, seguido por um segundo em 2014, ano em que eram atendidas diariamente mais de 100 (cem) pessoas, com o que tais equipamentos já não se mostravam mais suficientes, ensejando o estabelecimento de parcerias com a área da saúde para melhorar o atendimento.

QUE em 2017 a FUNPAPA criou grupo de debate, para criação de um protocolo de atendimento, na perspectiva da assistência, para melhorar o atendimento.

QUE em 2018 foi criada uma equipe para abordagem social de rua, ainda que diminuta, para ter mais sensibilidade, enxergar melhor e ter o quantitativo dessa população no espaço de rua, que não acessa o Centro POP.

QUE no atual Plano Plurianual (PPA) do Município de Belém estão previstas ações voltadas especificamente à população em situação de rua.

QUE em 2022 foi instituído o Comitê Intermunicipal de Acompanhamento das Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, lapso de tempo grande em relação ao Decreto n. 7.053/2009.

QUE o Comitê amplia as responsabilidades, além da assistência e da saúde, como da habitação e da economia e outras relações, além de permitir que seja criado um plano de atendimento integrado, atendido por várias políticas e por representantes de outros órgãos e entidades, além da sociedade civil.

QUE discutem trazer algum representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua para promover o debate com a população em situação de rua, que não possui movimento organizado em Belém.

QUE pesquisa não é censo, e apenas o censo poderia proporcionar uma visão real do quantitativo, da pluralidade e dos multifatores que levam pessoas à situação de rua.

ELZA CARVALHO DE CASTRO, integrante da Proteção Social Especial de Média Complexidade da FUNPAPA, disse:

QUE a assistência social não anda só, e sim acompanhada, sob pena de não se estruturar enquanto política pública, necessitando articulação entre todos os espaços.

QUE em se tratando de população em situação de rua, vivencia-se momento muito ruim, no que se refere à atenção do Governo Federal à questão, com expressiva queda de repasses de recursos financeiros aos demais entes da Federação, em especial, aos municípios, nos últimos anos, o que ocorrerá também em 2023, inviabilizando a execução de qualquer política pública dentro da proteção especial, onde está a gestão da política da população em situação de rua.

QUE a única forma de garantir a reestruturação da política de assistência social seria um novo pacto federativo, conforme defendido no Fórum Nacional de Defesa do SUAS, do qual faz parte.

QUE os cortes de recursos irão impedir a ampliação dos serviços, pagamento de formação e contratação de pessoal, e a alternativa, além da rediscussão do pacto federativo, é a união de todos os que atuam na área ou se interessam pela questão.

QUE em Belém existe o Fórum Municipal de Usuários, que se desarticulou durante a pandemia.

QUE há dois movimentos nacionais de população em situação de rua.

QUE vem participando da discussão que visa a promover a organização da população em situação de rua, em Belém.

QUE as demandas relacionadas à política de atendimento da população em situação de rua estão postas de forma clara, falta a vontade das pessoas de vê-las.

ADRIANO COUTINHO DE CARVALHO, do Sindicato dos Servidores da Assistência Social da FUNPAPA, disse:

QUE o Centro POP foi inaugurado em outubro de 2013 apenas por conta de obrigação imposta à Prefeitura de Belém em ação judicial.

QUE a Prefeitura de Belém já recebia recursos, mas não tinha implementado o equipamento, e só o fez mediante atuação do Ministério Público, e, ainda assim, instalou casa sem nenhum suporte para a demanda que tinha, não tendo mudado muito o cenário desde então.

QUE julga muito importante a vinda do Consultório na Rua, mas precisa denunciar a atuação das equipes do SAMU, que se recusam a atender a população em situação de rua quando a demanda é obrigatória de saúde.

QUE as equipes entram em contato, mas não conseguem atendimento de emergência e urgência, por recusa do SAMU.

QUE não há política municipal sobre drogas, prevista na Lei n. 11.343/2006, que já deveria ter sido pensada, que não trata apenas do combate ao tráfico de drogas, mas também da prevenção e atenção aos usuários, pois a população em situação de rua é, em sua maioria, usuária de drogas.

QUE não há política que discuta emprego e renda.

QUE essas discussões não dependem de recursos, mas de vontade política.

QUE há espaços que atendem a população em situação de rua sem as condições para tal, convidando o MP para que visite alguns espaços e confirme esse fato.

QUE o protagonismo deve ser das pessoas em situação de rua.

QUE a participação em espaços de discussão, como esta audiência pública, é fundamental para perceberem o debate e compreenderem que devem estar organizados.

QUE é necessário cobrar da Prefeitura de Belém aquilo que, mesmo com falta de recursos, poderia estar implementando, com um olhar mais sensível à população em situação de rua.

QUE ainda há políticas muito tímidas, em se tratando de um governo que se diz de esquerda e orientado a atender a população mais vulnerável, mas em quase dois anos de governo se viu muito pouco.

ADRIANA DE LOURDES MOTA SIMÕES COLARES, Promotora de Justiça Titular da 2ª PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência, Idosos e Acidentes do Trabalho de Belém, disse:

QUE, como já observado, a assistência social não pode trabalhar sozinha, e que Belém está aquém no que tange à quantidade de CRAS, tendo 12 (doze), quando deveria ter 29 (vinte e nove), em se tratando da porta de entrada do atendimento da assistência social.

QUE existe um estudo, apresentado pela SESMA, e uma análise técnica do MPPA, que comprova que 70% (setenta por cento) das pessoas em situação de rua tem sofrimento

psíquico, e que isso demonstra a necessidade de junção do trabalho da assistência social e da saúde, pelos CAPS, que estão sucateados e não funcionam como deveriam.

QUE não há, no município de Belém, equipamento para atender pessoa idosa que necessita de acolhimento e longa permanência, e os existentes não atendem pessoas idosas, apenas até os 59 (cinquenta e nove) anos de idade.

QUE após a pandemia houve um aumento da população em situação de rua, e de idosos e pessoas com deficiência com problemas de saúde mental.

QUE acionadas a FUNPAPA e a SEASTER, não há local para acolhimento dessas pessoas, tendo que recorrer a entidades religiosas como a “Missão Belém” e a “Fraternidade Caminho”, as quais, mesmo sem recursos públicos, ainda conseguem fazer algo, mais que o próprio Estado, e a própria FUNPAPA tem deixado idosos e pessoas com sofrimento psíquico dentro dessas comunidades.

QUE o SAMU é um grande problema, e mesmo quando atende pessoas em surto dentro do Ministério Público, não consegue trazer o SAMU para atendimento, vendo a necessidade de reunir e construir um fluxo de atendimento, inclusive acionar o Corpo de Bombeiros para eventual necessidade de contenção.

QUE só há uma porta de entrada, o Hospital das Clínicas.

QUE sugere que a assistência social de Belém também tenha uma regulação e haja um espaço de acolhimento para idosos.

QUE a entidade filantrópica Pão de Santo Antônio tem 120 (cento e vinte) vagas e só estão ocupadas 54 (cinquenta e quatro).

QUE não entende o porquê de a Prefeitura de Belém não poder contratar, junto à referida entidade, para uso dessas vagas, dada a falta de espaços construídos pelo poder público municipal e a demanda reprimida.

ANTONIO JOSÉ DA SILVA SENA, funcionário da SESMA, lotado na Casa Rua, disse:

QUE a Casa Rua possibilitou o atendimento de centenas de pessoas, com atividades complementares e compreendendo seu transtorno, saindo da rua, trabalhando e reduzindo o uso de drogas.

QUE a tendência é de aumento da população de rua, então deve-se preparar os equipamentos para atender essa demanda.

QUE poderiam ser inseridos profissionais nas entidades filantrópicas para auxiliar no atendimento das pessoas acolhidas.

WILDER FERREIRA DE SALES, usuário dos serviços da FUNPAPA, disse:

QUE é necessário albergue público, para guarda de mochilas, de um banheiro público, pois na Casa Rua só funciona na parte da manhã, e à tarde fecha.

QUE a Casa Rua precisa de muitas coisas, e já teve até que comprar sabonete para tomar banho.

QUE as atividades acontecem no meio da praça, em área descoberta.

QUE moradores de rua não foram contemplados com imóveis do programa “Minha Casa Minha Vida”, apenas quem já tem casa.

QUE é necessário moradia, trabalho e capacitação para essa população em situação de rua, que merece respeito e privacidade.

QUE não há local para lavagem de roupa ou cuidar da higiene pessoal.

QUE as autoridades precisam olhar por essas pessoas.

JOSÉ DIONE DA SILVA, usuário dos serviços da FUNPAPA, disse:

QUE é natural do Maranhão, mas já vive há um tempo em Belém.

QUE as falas que ouviu preocuparam, em especial sobre a falta de dinheiro.

QUE sem isso é difícil colocar as políticas públicas em prática e fazer essas ações chegarem em quem importa, naqueles que dormem embaixo de um papelão.

QUE o “Mãe de Rua” é um projeto que vai até a pessoa em situação de rua, ao invés de essa pessoa ter que ir até o espaço de acolhimento.

QUE gostaria de um espaço adequado para descanso durante a noite, pois é muito difícil se tornar produtivo sem ter uma noite de sono boa, sem manter a higiene pessoal, sem poder trocar de roupa.

QUE vê necessária a conscientização dos jovens e adolescentes sobre a dependência química, sobre as ruas e as drogas, problema social que precisa ser resolvido.

QUE espera ver um progresso nessa área, e ver mais pessoas engajadas nessa luta.

QUE reconhece e agradece as pessoas que trabalham por caridade, e fazem um trabalho até maior que o Poder Público.

Desistiu de fazer sua manifestação: Marly Erlene Gomes da Silva.

Ausentes os pré-inscritos: Andressa Luisa Monteiro Lima, Riudner Viana Brabo, Luiz Felipe da Silva Lisboa e Thalita Barros Cabral.

IVAN SILVEIRA DA COSTA, servidor público e Presidente do Observatório Social de Belém, disse:

QUE teve o primeiro contato com a questão das pessoas em situação de rua no início da discussão de segurança pública no bairro da Cidade Velha, haja vista que elas são estigmatizadas como criminosas, pelo que acha importante a participação, nesse tipo de discussão, das forças de segurança.

QUE o procedimento instaurado pelo MP vai servir para, efetivamente, fortalecer a atuação da FUNPAPA frente as diversas demandas existentes.

QUE questionou o significativo desembolso financeiro a ser feito pela Prefeitura de Belém, para desapropriação de imóvel onde deverá funcionar o Centro Cultural Bruno de Menezes,

sustentando que, sem qualquer desmerecimento à figura de Bruno de Menezes, os recursos a serem empregados para viabilizar tal iniciativa poderiam ser mais bem empregados, por exemplo, na reforma de espaços destinados ao atendimento da população em situação de rua, como os CAMAR, ou para o pagamento de alugueis sociais, de espaços que hoje estão sem uso, mesmo em prédios públicos sem uso, sem contar os imóveis que possuem pendência no pagamento de IPTU.

QUE refuta, portanto, a afirmação de que inexistem recursos para o desenvolvimento de política pública de atendimento à população em situação de rua.

QUE apresenta as seguintes propostas, que julga possíveis de serem implementadas:

- 1) que a FUNPAPA, através da Agência Belém, comece uma campanha de sensibilização da população e das forças de segurança, sobre as pessoas em situação de rua, contribuindo, assim, para acabar com o estigmatização vivenciado por elas;
- 2) a regulamentação do registro e o registro do trabalho voluntário, devendo a Prefeitura criar uma política municipal de voluntariado, comprometendo-se, inclusive, a colaborar com a FUNPAPA na elaboração de ato regulamentador do trabalho voluntário voltado à população em situação de rua;
- 3) adesão da FUNPAPA, por meio de seus educadores de rua, às redes de segurança comunitárias, a exemplo daquela hoje existente no bairro da Cidade Velha;
- 4) viabilização de bolsas de estudos/capacitação, junto às universidades e ao Banco do Povo, buscando apoio, para esse fim, de vereadores e deputados;
- 5) que recursos provenientes do imposto de renda, destinados a fundos como o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, também podem ser utilizados para financiamento da política municipal da população em situação de rua;
- 6) que a FUNPAPA faça levantamento dos protocolos de requisição do SAMU, a fim de buscar, junto ao responsável, solução para o problema apontado anteriormente.

FERNANDO CONDURU iniciou parabenizando a análise social de classe feita por José Dione da Silva, merecedora de aplausos em qualquer ambiente acadêmico.

QUE relatou que sua história de vida profissional se passou, em grande parte, no serviço especializado em abordagem social, o que lhe propiciou ampla vivência acerca das angústias das pessoas que se encontram em situação de rua.

QUE, fundamentalmente, propõe a mobilização dos municípios da região metropolitana de Belém para formação de um consórcio, visando à implementação de uma república, que atenda toda a população em situação de rua da região, tendo em vista o fluxo migratório, devendo cada secretaria de assistência social contribuir com sua parcela de contribuição financeira.

DIONÍSIA SANTOS, agente de bem-estar social da SESMA, disse:

QUE viveu por doze anos nas ruas, mas há um ano e seis meses trabalha na SESMA.

QUE o Poder Público oferece algum apoio à população em situação de rua, de segunda a sexta-feira, mas aos sábados e domingos quase todos ficam entregues à própria sorte, nas ruas, em razão do não funcionamento dos Centros POP e da falta de vagas em abrigos.

QUE muitas pessoas que estão em situação de rua querem vaga em abrigos, mas não conseguem.

QUE a população em situação de rua não era atendida nos postos de saúde.

QUE ressalta a necessidade de criação de abrigo exclusivo para mulheres.

ANTÔNIO MARTINS disse:

QUE, na área do Comércio, pessoas em situação de rua não podem transitar durante a noite, em decorrência de um acordo entre os comerciantes, que proibiram essa circulação, e caso alguém transgrida, é seriamente agredido.

QUE à noite são abordados e agredidos, inclusive por policiais, e o Poder Público nada faz para proteger a população em situação de rua dessa violação de direitos humanos.

QUE espera a realização de mais audiências públicas, para alinhamento entre os diversos órgãos do poder público, estadual e municipal, esperando, é claro, a concretização de ações voltadas à garantia dos direitos daqueles que se encontram em situação de rua.

FÁBIO MORAES LOPES disse:

QUE há necessidade de banheiros públicos, haja vista que há dificuldade de deslocamento até as unidades de assistência social.

QUE os escassos alimentos e materiais, inclusive de higiene, disponíveis nessas unidades, têm que ser divididos em razão da alta procura.

QUE vê muitos lugares, como prédios, que estão abandonados e não entende o porquê de não poderem ser utilizados para prestação de serviços.

QUE as pessoas em situação de rua também possuem dons e que, se apoiadas, capacitadas, podem dar uma guinada em suas vidas.

O Promotor de Justiça **FIRMINO MATOS**, antes de dar continuidade às atividades, registrou que, em pesquisas na internet, encontrou manifestações de pessoas ligadas aos movimentos nacionais da população em situação de rua e a outros organismos e entidades, enfatizando que a demanda por moradia parece ser prioritária.

Disse ainda que essa perspectiva, aparentemente, é compartilhada no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que defende a implementação da metodologia “Moradia Primeiro” ou “*Housing First*”, que parte do pressuposto de que, sem a garantia do direito à moradia, a obtenção dos demais direitos sociais fica prejudicada.

Informou que alguns municípios começaram a implementar ações baseadas no modelo “Moradia Primeiro”, como é o caso de São Paulo, que, inclusive, recentemente, deu início a experimento de maior amplitude, a chamada “Vila Reencontro”, constituída por 350 (trezentas e cinquenta) moradias, cada uma podendo receber até 4 (quatro) pessoas.

Afirmou, por fim, considerar importante que o município de Belém tome conhecimento da metodologia “Moradia Primeiro”.

Seguindo as normas do art. 8º da audiência pública, o presidente oportunizou aos convidados da mesa 3 (três) minutos para que se manifestassem ou acrescentassem informações julgadas importantes.

O Presidente da **FUNPAPA, ALFREDO CARDOSO COSTA**, em sua participação final, disse:

QUE a FUNPAPA também vem tentando incluir os indígenas Warao no atendimento da assistência social;

QUE os Warao possuem espaço de acolhimento e vêm sendo inseridos no mercado de trabalho.

QUE o Centro POP Icoaraci, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, desenvolveu trabalho de alfabetização de pessoas em situação de rua, com certificação.

QUE destaca o sucesso da Casa Rua e o olhar diferenciado da Prefeitura de Belém em relação aos mais vulneráveis.

QUE a FUNPAPA, além da população em situação de rua, também trata de outros segmentos, espalhados nos mais variados setores da sociedade.

QUE a prestação dos serviços e, especialmente, a procura pelo CadÚnico, são afetados pelas mudanças nos recursos destinados aos programas sociais, já que foram colocadas 84 (oitenta e quatro) mil novas famílias no Auxílio Brasil, que tiveram que ser cadastradas no CadÚnico, e agora a atualização cadastral passou a ter que atender 191 (cento e noventa e uma) mil famílias, além do programa Bora Belém e do financiamento prestado pelo Banco do Povo.

JANE SOUZA, do Banco do Povo de Belém, em sua manifestação final, disse:

QUE a partir de 10:30h o Restaurante Popular abre, mas lembra que são apenas 1.200 (mil e duzentas) refeições diárias.

QUE, portanto, não há quaisquer restrições de acesso ao Restaurante Popular, vendo apenas a restrição da cobrança do valor de R\$ 2,00 (dois reais) às pessoas em situação de rua, e acha que deve haver discussão interna acerca dessa questão.

QUE como exemplo de atuação intersetorial, citou momentos em que faltaram alimentos na Casa Rua, oportunidade em que o Restaurante Popular, em articulação com a empresa contratada, supriu as lacunas.

QUE a empresa contratada para atuar no Restaurante Popular é monitorada e não há sobras de alimentos, já que, inclusive, por volta de 12:00 horas, não há mais comida, ficando, portanto, pessoas na porta do restaurante sem acesso ao serviço.

QUE reitera não haver sobras de alimentos no Restaurante Popular, e sim resíduos comuns, oriundos do tratamento e preparo dos alimentos, mas que há articulação com a SESAN e

moradores do entorno, para retirada desses resíduos até determinada hora e afastar a incidência de urubus e roedores na área, registrando, assim, sua surpresa com os comentários acerca de sobras de alimentos.

QUE às sextas-feiras, a Coordenação da Diversidade Sexual da Prefeitura distribui cestas básicas e de 20 (vinte) a 40 (quarenta) quentinhas para mulheres trans que se encontram em situação de rua.

QUE existe um relatório, feito em parceria com a SESMA e COOPSAN, mostrando o perfil dos usuários do Restaurante Popular, e que, caso o MPPA precise, o relatório e outros documentos podem ser disponibilizados.

ELUANE COSTA CARVALHO, da Secretaria Municipal de Habitação (**SEHAB**), em sua manifestação final, disse:

QUE a falta de orçamento não impede a criação de novos projetos.

QUE o Programa Minha Casa Minha Vida tem 170 (cento e setenta) mil pessoas inscritas, mas já foi um ganho a implementação desse percentual voltado às pessoas em situação de rua, ainda que pouco.

QUE ressalta a possibilidade de firmar, junto ao Ministério Público, um termo de ajuste de conduta, com os projetos que podem ser criados.

JULIANA LAVAREDA SALES, da Secretaria Municipal de Saúde (**SESMA**), em sua manifestação final, disse:

QUE apesar de a SESMA receber muitos recursos, é a Secretaria que tem mais gastos, lembrando, ainda, do desmonte da rede de atenção psicossocial por parte do Governo Federal.

QUE, mesmo assim, foram feitas mudanças nos CAPS pela atual gestão municipal.

QUE metade da rede de atenção psicossocial existente no município de Belém, é do Estado.

QUE foram 16 (dezesseis) anos de governo de direita, sem reformas e melhorias nos aparelhos de atenção psicossocial, a exemplo do CAPS Adulto, que era localizado na Travessa Três de Maio, em imóvel inservível, e a atual gestão municipal providenciou a mudança para imóvel localizado na Travessa Dom Romualdo de Seixas, com melhor estrutura e tentando manter aberto 24 horas por dia, para qualquer pessoa.

QUE nenhum serviço deve negar atendimento, mas o serviço é feito de vários tipos de pessoas, então, se necessário, esse servidor também deve ser acolhido e trabalhado.

QUE não há dinheiro, por exemplo, para compra de camas e colchões, mas optaram pela instalação de armadores de rede, o que demonstra ser possível fazer, mesmo com poucos recursos.

QUE o orçamento é baixo, mas estão abertos a parcerias e doações.

QUE conseguiram parceria com o Ministério Público do Trabalho, que vai bancar a construção de uma UBS.

QUE o Hospital das Clínicas é de responsabilidade do Estado, que tem mais 4 (quatro) CAPS que também estão deteriorados, então também deve haver cobrança de investimento por parte do Estado.

QUE o Hospital das Clínicas não faz matriciamento de pacientes que receberam alta, e suas ambulâncias já deixaram pacientes em crise na frente da Casa Rua, que não é abrigo.

QUE as residências terapêuticas, inclusive de passagem, também são do Estado, e deveriam ser alvo de visita para conhecimento das atuais condições.

QUE a Prefeitura de Belém contratou 10 (dez) pessoas em situação de rua, que estavam nos abrigos do Estado, para exercer a função de agente de bem-estar social, para cuidar da população em situação de rua, iniciativa que sugere seja replicada em outros órgãos públicos municipais.

QUE ressaltou a excelência do trabalho realizado na Casa Rua, a qual, inclusive, realiza trabalho de alfabetização de pessoas em situação de rua.

O Diácono **RAIMUNDO SANTOS**, da **Cáritas Belém**, em sua manifestação final, disse:

QUE gostaria de manifestar sua gratidão por poder participar de momento de partilha, como é a audiência pública ora realizada.

QUE complementando sua fala inicial, precisa citar o Abrigo João de Deus, que acolhe idosos, e a Cidadela, em Marituba, como entidades vinculadas à Igreja Católica que desenvolvem ações em benefício da população em situação de rua.

QUE em relação à segurança alimentar, cita também as experiências de fomento da agricultura familiar com recursos da própria igreja.

QUE a “Missão Belém” tem trabalhado de maneira articulada com o Estado na emissão de documentos para as pessoas em situação de rua atendidas pela entidade.

QUE refere a necessidade de maior oferecimento de ações de capacitação profissional, para inserção no mercado de trabalho.

Por fim, diante das informações e esclarecimentos prestados, e para encerramento da audiência pública, o Promotor de Justiça **FIRMINO MATOS**, em sua manifestação final, disse:

QUE acha importante dar conhecimento, aos presentes, da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 976 (ADPF 976), ajuizada pelo Movimento do Trabalhadores Sem Teto e pelos partidos Rede Solidariedade e PSOL, cujo objeto, em síntese, é a política de atendimento à população em situação de rua.

QUE os autores da ADPF 976 afirmam, de maneira categórica, que nada funciona, em todas as esferas de governo, ou seja, que a política pública de atendimento à população em situação de rua ou inexistente ou, onde existe, é ineficiente.

QUE entre os 35 (trinta e cinco) pedidos constantes na ADPF 976, gostaria de destacar os seguintes:

- 1) fornecimento, em 48 horas, pelos Poderes Executivos estaduais, distritais e municipais, de dados para diagnóstico pormenorizado da situação desses territórios, com a indicação do quantitativo de pessoas em situação de rua, por área geográfica, quantidade e local das vagas de abrigos e de capacidade de fornecimento de alimentação;
- 2) imediata destinação emergencial de vagas na rede hoteleira, nas localidades onde houver carência de vagas nos abrigos institucionais existentes;
- 3) imediata destinação de escolas, estádios, ginásios, alojamentos, galpões e outros espaços públicos, nas localidades onde houver carência de vagas nos abrigos institucionais existentes e onde as vagas da rede hoteleira não sejam suficientes;
- 4) apresentação, em até 15 dias, de planos federais, estaduais, distritais e municipais para zerar a carência de abrigos municipais permanentes;
- 5) inserção da população em situação de rua em programas federais, estaduais, distritais e municipais de educação e profissionalização, conforme o caso.

QUE tem dúvidas quanto à viabilidade de uma iniciativa dessa natureza.

QUE, de todo modo, o relator da ADPF 976, Ministro Alexandre de Moraes, designou, há poucos dias, audiência pública, a ser realizada no dia 21 de novembro de 2022.

QUE embora tenha dúvidas quanto à viabilidade jurídica da ADPF 976, é possível que algo dela decorra, devendo o Município de Belém, o quanto antes, fazer seu dever de casa, quanto a questões básicas, ainda não atendidas satisfatoriamente, podendo citar:

- 1) a adesão formal, por instrumento próprio, à Política Nacional para a População em Situação de Rua, e
- 2) ações concretas para garantir o imediato funcionamento do Comitê Gestor Intersetorial de Monitoramento e Acompanhamento da Política de Atendimento à População de Rua, criado no último mês de maio e, ao que se sabe, ainda inoperante.

QUE há necessidade de alteração do decreto que criou o Comitê Gestor, pois há problemas quanto às normas que tratam da composição e da escolha de seus componentes.

QUE o efetivo funcionamento do Comitê Gestor é fundamental, já que ele permite que os diversos órgãos públicos dialoguem, contribuindo para o melhor desenvolvimento de ações de interesse da população em situação de rua.

QUE quando levadas ao Comitê Gestor, informações como a prestada na audiência pública, de que o SAMU não vem cumprindo a contento sua função, em relação à população em situação de rua, podem gerar providências e soluções de maneira mais célere.

QUE reitera ser de colaboração a postura do Ministério Público, pautada na busca de soluções negociadas.